
Passos Maia
Energética S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Passos Maia Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Passos Maia Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

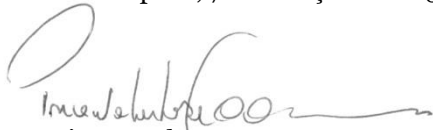
Passos Maia Energética S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 7 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Passos Maia Energética S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.883	2.580	Fornecedores	11	1.243	535
Contas a receber	7	7.592	7.570	Partes relacionadas	13	604	215
Partes relacionadas	13	286	103	Salários e encargos sociais		52	71
Tributos a recuperar		213	3	Arrendamentos	14	129	—
Estoques		442	424	Tributos a recolher	15	382	61
Outros ativos	8	146	153	Imposto de renda e contribuição social	12	545	221
Total do ativo circulante		20.562	10.833	Dividendos a pagar	16.4	8.820	8.140
Não circulante				Total do passivo circulante		11.775	9.243
Outros ativos	8	3.042	—	Não circulante			
Imobilizado	9	82.418	84.682	Arrendamentos	14	151	—
Intangível	10	9.488	9.869	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	4.884	1.340
Total do ativo não circulante		94.948	94.551	Total do passivo não circulante		5.035	1.340
				Total do passivo		16.810	10.583
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social	16.1	57.617	57.617
				Reserva de capital	16.2	6.619	6.619
				Reservas de Lucros	16.3	34.464	30.565
				Total do patrimônio líquido		98.700	94.801
Total do ativo		115.510	105.384	Total do Passivo e Patrimônio líquido		115.510	105.384

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional bruta			
Receita de fornecimento de energia elétrica	17	51.218	48.291
Receita de prestação de serviços	17	85	1
(-) Deduções da receita	17	(1.869)	(1.763)
		<u>49.434</u>	<u>46.529</u>
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	18	(8.729)	(8.505)
Custo dos serviços prestados	18	—	—
		<u>(8.729)</u>	<u>(8.505)</u>
Lucro bruto		<u>40.705</u>	<u>38.024</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(1.895)	(1.710)
Outras (despesas) receitas		(496)	(1.088)
		<u>(2.391)</u>	<u>(2.798)</u>
Lucro operacional		<u>38.314</u>	<u>35.226</u>
Receitas financeiras	19	642	857
Despesas financeiras	19	(50)	(20)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>592</u>	<u>837</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>38.906</u>	<u>36.063</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.769)	(1.791)
Lucro líquido do exercício		<u>37.137</u>	<u>34.272</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	21	<u>1,563</u>	<u>1,227</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		37.137	34.272
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:			
Total do resultado abrangente do exercício		37.137	34.272

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2023		60.617	6.619	4.432	6.613	—	78.281
Aumento de capital	16.1	19.500	—	—	—	—	19.500
Redução de capital	16.1	(22.500)	—	—	—	—	(22.500)
Dividendos adicionais distribuídos	16.4	—	—	—	(6.612)	—	(6.612)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	34.272	34.272
Constituição de reserva legal	16.3.1	—	—	1.714	—	(1.714)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	16.4	—	—	—	—	(8.140)	(8.140)
Constituição de reserva de retenção de lucros	16.3	—	—	—	24.418	(24.418)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		57.617	6.619	6.146	24.419	—	94.801
Dividendos adicionais distribuídos	16.4	—	—	—	(24.418)	—	(24.418)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	37.137	37.137
Constituição de reserva legal	16.3.1	—	—	1.857	—	(1.857)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	16.4	—	—	—	—	(8.820)	(8.820)
Constituição de reserva de retenção de lucros	16.3	—	—	—	26.460	(26.460)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		57.617	6.619	8.003	26.461	—	98.700

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas		38.906	36.063
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	9	3.432	2.851
Provisão (Reversão) para Passivos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	20	3.544	1.090
Despesas financeiras sobre arrendamentos	14	47	25
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		7.023	3.966
Variações nos ativos e passivos:			
Estoques		(19)	—
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	(22)	(5.979)
Créditos tributários a recuperar		(210)	(3)
Transações com Entidades Relacionadas	13	(207)	—
Movimentações de outros ativos		(3.007)	(4)
Fornecedores e outras obrigações		708	278
Despesas com Remunerações e Encargos Sociais		(18)	24
Obrigações Tributárias a Recolher		—	(30)
Imposto e contribuição a pagar	12	645	(44)
Pagamento de contingências		—	(24.073)
Movimentações de outros passivos		233	(68)
Total das variações nos ativos e passivos:		(1.896)	(29.899)
Caixa gerado nas operações		44.033	10.130
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(1.311)	(1.863)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		42.722	8.267
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9	(787)	(142)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(787)	(142)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		—	(3.000)
Pagamentos de arrendamentos	14	(74)	(856)
Partes relacionadas		—	273
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	16	(32.558)	(8.803)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(32.632)	(12.386)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		9.303	(4.261)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.580	6.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.883	2.580
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		9.303	(4.261)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Passos Maia Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Constituída em 20 de dezembro de 2006, a Companhia é uma sociedade de propósito específico que tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 25,0 MW de potência instalada, localizada no rio Chapecó, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Município de Passos Maia, norte do Estado de Santa Catarina.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 2 de março de 2004 (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 68) pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da referida resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 3 de junho de 2011, conforme despacho nº 2.363 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a PCH Passos Maia obteve autorização para alteração do nome do empreendimento para PCH Victor Batista Adami. A aprovação por parte dos acionistas da Companhia ocorreu na AGE de 08 de novembro de 2011.

A Companhia firmou, em 14 de dezembro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 12,5MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é controlada em conjunto pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e Adami S.A. - Madeiras (“Adami”), ambas detendo 50% das ações do empreendimento cada.

Em 23 de fevereiro de 2022, a Resolução autorizativa ANEEL nº 11.131/2022 que ajustou o prazo de autorização da usina representando uma extensão por COD (Comercial Operating Date) onde o prazo de 30 anos de outorga passa a ser contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Tal ajuste representou uma extensão de 7,97 anos na autorização da usina.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 7 março 2025.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.2 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

2.5 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

2.5.1 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment) se aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

2.5.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles em que a Companhia exerce a opção ou é obrigada a reconhecer inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia. Eventuais ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem.

2.5.2.1 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.2.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.2.3 Impairment de ativos financeiros

2.5.2.3.1 Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados pro rata temporis ao longo do prazo de cobertura. As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição e/ou construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do mobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

2.8 Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da autorização. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

2.8.1 Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Em 31 de dezembro de 2024, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante .

2.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) A companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança sem incluir as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.12 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.13 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.14 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.15 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 Autorização não onerosa

A Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

2.18 Reconhecimento da receita

2.18.1 Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a entrega de energia elétrica ocorre e o controle do cliente sobre esta energia é estabelecido. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do Generation Scalling Factor - GSF, que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

2.18.2 Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando a obrigação de desempenho foi atendida e o controle do serviço é transferido ao cliente. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.18.3 Transações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

2.19 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Sendo então a regra aplicável apenas sobre as entidades que são requeridas a cumprir esta mensuração até a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs ") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

3.1 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

3.2 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.3 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento de assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4 Política de gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para	Mensuração
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

4.2 Risco de mercado

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. A Companhia avalia continuamente o perfil de crédito e indicadores financeiros de seus clientes e possui um único contrato de venda de energia incentivada com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG"). Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

4.4 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas bancárias em moeda funcional	26	1
Aplicações financeiras com liquidez imediata	11.857	2.579
Contas a receber	7.592	7.570
Partes relacionadas	286	103
	<u>19.761</u>	<u>10.253</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	1.243	535
Dividendos	8.820	8.140
Partes relacionadas	604	215
Arrendamentos	280	—
	<u>10.947</u>	<u>8.890</u>

6 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Contas bancárias em moeda funcional	26	1
Aplicações financeiras com liquidez imediata	11.857	2.579
	<u>11.883</u>	<u>2.580</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 97,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (98,75% em 31 de dezembro de 2023). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Contas a receber

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo de mercado de curto prazo	7.592	7.570
	<u>7.592</u>	<u>7.570</u>

Apresentados como:

Ativo circulante	7.592	7.570
------------------	-------	-------

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8 Outros ativos

O grupo de outros ativos representados pelo montante de R\$3.188 (R\$153 em 31 de dezembro de 2023) é composto por depósitos judiciais e despesas antecipadas com seguros de natureza de performance bond e risco de engenharia.

	31.12.2024	31.12.2023
Outros ativos	3.042	11
Despesas antecipadas com seguros	146	142
	3.188	153
Apresentados como:		
Ativo circulante	146	153
Ativo não circulante	3.042	—

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9 Imobilizado

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas médias de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Terrenos	—	194	(67)	127	194	(67)	127
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2,58 %	72.922	(28.806)	44.116	72.922	(27.657)	45.265
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,23 %	28.993	(12.492)	16.501	28.993	(11.634)	17.359
Máquinas e Equipamentos	4,55 %	36.251	(16.244)	20.007	36.047	(15.219)	20.828
Linhas de transmissão	3,73 %	15	(5)	10	15	(5)	10
Outros ativos	7,19 %	1.267	(363)	904	1.022	(344)	678
Imobilizado em curso	—	399	—	399	415	—	415
Arrendamentos	33,33 %	354	—	354	—	—	—
		140.395	(57.977)	82.418	139.608	(54.926)	84.682

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 1.01.2023	127	46.178	17.926	21.635	11	1.097	721	104	87.799
Adições	—	—	—	—	—	—	116	—	116
Remensuração	—	—	—	—	—	—	—	(28)	(28)
Depreciação	—	(914)	(567)	(806)	—	(418)	—	(76)	(2.782)
Transferência para outras linhas de Balanço*	—	—	—	—	—	—	(423)	—	(423)
Saldo em 31.12.2023	127	45.265	17.359	20.828	10	678	415	—	84.682
Adições	—	—	—	—	—	—	787	—	787
Transferências	—	—	—	204	—	245	(803)	354	—
Depreciação	—	(1.149)	(858)	(1.025)	—	(19)	—	—	(3.051)
Saldo em 31.12.2024	127	44.116	16.501	20.007	10	904	399	354	82.418

*Valor transferido para a linha de estoque no Balanço Patrimonial, para melhor apresentação.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Intangível

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão de outorga (GSF) e outros intangíveis cujos saldos e movimentação estão a seguir apresentados:

	Taxa média de amortização a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Softwares	20,00 %	497	(497)	—	497	(490)	7
Extensão de outorga	4,14 %	10.439	(1.423)	9.016	10.439	(1.049)	9.390
Outros Intangíveis	3,66 %	724	(252)	472	724	(252)	472
		11.660	(2.172)	9.488	11.660	(1.791)	9.869

	Softwares	Extensão de outorga	Outros intangíveis	Total
1.01.2023	61	9.800	472	10.333
Amortização	(54)	(410)	—	(464)
31.12.2023	7	9.390	472	9.869
Amortização	(7)	(374)	—	(381)
31.12.2024	—	9.016	472	9.488

11 Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de materiais e serviços	1.243	535
	1.243	535

Apresentados como:

Passivo circulante	1.243	535
--------------------	-------	-----

O saldo de fornecedores é representado em sua maioria pela provisão de custos com energia elétrica no referido exercício.

12 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo presumido	51.023	40.935	51.023	40.935
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	4.082	3.275	6.123	4.912
Outras receitas (despesas)	651	857	651	857
Base de Cálculo	4.733	4.132	6.773	5.769
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	(1.183)	(1.033)	(610)	(519)
Outros efeitos em tributos		(165)	—	(98)
Dedução adicional IRPJ	24	24	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(1.159)	(1.174)	(610)	(617)

13 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia e sua controladora em conjunto SKER e suas subsidiárias. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante			
Contas a receber			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	8	103
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(iii)	278	—
		286	103
Passivo circulante			
Fornecedores			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	118	215
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	454	—
Santa Laura S.A.	(iv)	32	—
		604	215
Dividendos a pagar			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(v)	4.410	4.070
Adami S.A - Madeiras	(v)	4.410	4.070
		8.820	8.140

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 :

Resultado		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita na venda de energia elétrica			
Moinho S.A.	(iii)	—	57
Santa Fé Energia S.A.	(iii)	—	14
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(iii)	1.461	606
		<u>1.461</u>	<u>677</u>
Custo da compra de energia elétrica			
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	(985)	(460)
		<u>(985)</u>	<u>(460)</u>
Custo com serviços de partes relacionadas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	(617)	(704)
		<u>(617)</u>	<u>(704)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	(156)	(368)
Statkraft AS	(i)	(32)	—
		<u>(188)</u>	<u>(368)</u>
Total de Custos e Despesas		<u><u>(1.790)</u></u>	<u><u>(1.532)</u></u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
- (ii) Saldo composto por compra de energia.
- (iii) Saldo composto por venda de energia.
- (iv) Saldo composto por serviços tomados de operação e manutenção.
- (v) Saldo a pagar referente a dividendos obrigatórios.

13.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

14 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de locação de veículos. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Menos de 1 ano	129	—
Entre 2 e 5 anos	198	—
Total dos pagamentos mínimos	<u>327</u>	<u>—</u>
Encargos financeiros futuros	(47)	—
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>280</u>	<u>—</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	129	—
Passivo não circulante	151	—

14.1 Mutações dos arrendamentos no imobilizado

A mensuração inicial do ativo de direito de uso corresponde ao total da obrigação reconhecida ao valor presente.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>—</u>
Adições	354
Amortização	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>280</u>

15 Tributos a recolher

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	291	39
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	8	—
Imposto de importação	5	—
Imposto sobre a renda retido na fonte	14	12
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1	1
Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	63	9
	<u>382</u>	<u>61</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	382	61

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social está representado pelo montante de R\$57.617 (R\$57.617 em 31 de dezembro de 2023) e por 23.761.700 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (23.761.700 ações em 31 de dezembro de 2023), distribuídas igualmente em 11.880.850 ações para a acionista Adami S.A. - Madeiras e 11.880.850 ações para a acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o ágio na emissão de novas ações.

16.3 Reservas de lucros

16.3.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

16.3.2 Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

16.4 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2024 foram distribuídos R\$24.418 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	37.137	34.272
Constituição da reserva legal	(1.857)	(1.714)
Base de cálculo	35.280	32.558
Dividendo mínimo estatutário - %	25 %	25 %
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	8.820	8.140
Dividendos adicionais	24.418	6.612
Total de distribuição de dividendos do exercício	33.238	14.752
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	0,371	0,343
Dividendos adicionais por ação - em R\$	1,028	0,278
	1,399	0,621

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

1 de janeiro de 2023	2.191
Dividendos adicionais aprovados	6.612
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	8.140
Pagamento de dividendos	(8.803)
31 de dezembro de 2023	8.140
Dividendos adicionais aprovados	24.418
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	8.820
Pagamento de dividendos	(32.558)
31 de dezembro de 2024	8.820

17 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita de fornecimento de energia elétrica	51.218	48.291
Receita de prestação de serviços	85	1
Total da receita operacional bruta	51.303	48.292
Deduções da receita operacional		
PIS	(333)	(314)
COFINS	(1.536)	(1.449)
Total das deduções sobre a receita	(1.869)	(1.763)
Receita operacional líquida	49.434	46.529

18 Custos e despesas

18.1 Custos

	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(2.571)	(2.357)
Depreciação e amortização	(3.431)	(2.851)
Encargos setoriais	(1.163)	(1.196)
Serviços de terceiros	(94)	(151)
Salários e encargos sociais	(192)	(236)
Seguros fianças e comissões	(661)	(550)
	(8.729)	(8.505)

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 Despesas

	31.12.2024	31.12.2023
Serviços de terceiros	(842)	(948)
Serviços tomados de partes relacionadas	(184)	(369)
Impostos e taxas	(18)	(15)
Materiais	(136)	—
Viagens e estadias	(413)	(40)
Salários e encargos sociais	(169)	(236)
Aluguel	(60)	(6)
Outros	(74)	(96)
	(1.896)	(1.710)

19 Resultado financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1	—
Rendimentos de aplicações financeiras	641	857
Total da receita financeira	642	857
	31.12.2024	31.12.2023
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	(10)	(11)
Juros sobre arrendamento mercantil	(26)	(5)
Outras despesas financeiras	(9)	(4)
Variação cambial passiva	(5)	—
Total da despesa financeira	(50)	(20)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	592	837

20 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	4.884	1.340
	4.884	1.340

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

31 de dezembro de 2023	<u>1.340</u>
Adição	3.043
Atualização	<u>501</u>
31 de dezembro de 2024	<u><u>4.884</u></u>

20.1 Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2024 a companhia não apresentava nenhuma contingência com risco possível de perda.

20.2 Processos investigativos

a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$22.928 em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft, na avaliação da Administração da acionista SKER não há expectativa de desembolsos futuros.

b) A sua controladora em conjunto SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	<u>37.137</u>	<u>34.272</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>23.762</u>	<u>27.921</u>
Lucro diluído por ação	<u><u>1,563</u></u>	<u><u>1,227</u></u>

22 Outros riscos

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

22.2 Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva concessão e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. A Companhia aderiu a MP nº 688/2015, transferindo o risco da volatilidade do MRE para os consumidores, e em troca, pagando um prêmio de seguro regulatório.

23 Seguros (não auditado)

A acionista Statkraft Energias Renováveis S.A., contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025.